



Universidade do Minho

Reunião Extraordinária do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata Nº 006/2015

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade do Minho, no Largo do Paço, o Conselho Geral da Universidade do Minho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único:

- Apreciação dos documentos finais relativos à transformação da Universidade do Minho em Fundação Pública de Direito Privado.

Estiveram presentes o Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, que presidiu, o Reitor, Professor António Cunha, o Eng.º António Murta, a Dr.ª Isabel Furtado, os Professores Álvaro Iriarte, Ana Cunha, Clara Oliveira, Francisco Veiga, Jorge Pedrosa, Lúcia Rodrigues, Luís Amaral, Margarida Casal, Rui Ramos, a Dra. Fernanda Ferreira e os Estudantes Bruno Alcaide, Carlos Videira, José Mário Sousa. Justificaram a ausência os membros Ana Marques, Howard Davies, Licínio Lima, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Pinto, Paula Moura Pinheiro e Pedro Sanches. _____

O Presidente do Conselho Geral abriu a sessão, recordando que, na reunião do dia 07 de Setembro, foi deliberado mandar o Presidente do Conselho Geral e a conselheira Fernanda Ferreira para, em conjunto com o Reitor, procederem à reformulação do texto dos Estatutos da Fundação e do Anteprojeto de Decreto-Lei. O Presidente agradeceu à Dr.ª Fernanda Ferreira pelo contributo técnico para apuramento do texto final. De seguida, o Presidente passou a palavra ao Reitor.

O Reitor agradeceu ao Presidente e à Dr.ª Fernanda Ferreira a colaboração na preparação do documento apresentado. Referiu depois que o Governo está a tentar aprovar o diploma nesta legislatura, mas, se tal não acontecer, a responsabilidade não será da Universidade do Minho, aguardando-se nessa circunstância o desfecho do processo após a formação do novo Governo.

Feita esta introdução, o Reitor procedeu à projeção do texto referente ao anteprojeto de Decreto-lei de instituição da Fundação Universidade do Minho, tendo referido que o mesmo evoluiu apenas em dois ou três



Universidade do Minho

aspetos, salientando o preâmbulo, que foi expurgado da menção às outras Universidades e ao Governo, tendo sido acolhidas as sugestões feitas pelos diferentes Membros na Reunião anterior.

Relativamente ao texto dos Estatutos da Fundação, documento anexo ao Decreto-Lei, e que dele faz parte integrante, o Reitor referiu a alteração no número 2 do art.º 1º, informando que o Governo é muito sensível à utilização do termo *polo*, havendo razões políticas que justificaram a alteração desta terminologia em virtude de tal designação ter sido indevidamente utilizada por instituições de ensino superior privado, pelo que, em consonância com o princípio adotado no âmbito do processo de criação destes estabelecimentos, de não permitir a menção a *polos*, se teve de chegar a um entendimento no sentido de uma alternativa, resultando deste modo a menção a campus de Gualtar e campus de Azurém, identificando-se, assim, os locais em que predominantemente se desenvolvem as atividades da Universidade, isto naturalmente sem prejuízo de virem a ser desenvolvidas noutros locais.

O Presidente colocou em discussão o documento, precisando que uma vez deliberada favoravelmente a passagem a Fundação, estava posto à discussão do órgão a redação do documento. Caso não surgissem questões que suscitassem a intervenção do Conselho, poderia ser mandatada a Dr.ª Fernanda Ferreira para fechar a redação final do documento.

O Eng.º António Murta pediu a palavra e informou que não encontrava nenhuma razão que justificasse a intervenção do órgão. Referiu ainda que, na sua opinião, a questão da passagem a fundação passou por um debate longo, tendo o processo sido oportunamente apresentado pela Universidade, não tendo havido da parte do Governo o trabalho que lhe competia. Manifestou a sua apreensão pelos momentos difíceis que se avizinham, esperando que a UMinho não seja prejudicada por contingências exteriores. Após a sua intervenção, o Eng.º António Murta pediu ao Presidente para se retirar da reunião.

Interviu de seguida o Professor Jorge Pedrosa, mencionando que efetuou uma análise dos articulados e que reiterava a confiança técnica dos envolvidos na elaboração do documento. Assim, na sua opinião o documento estava fechado e tinha o seu apoio, sentindo-se confortável com o texto que nele constava.

A intervenção seguinte foi realizada pela Professora Ana Cunha, que começou por agradecer à Dr.ª Fernanda Ferreira o apoio técnico prestado, e colocando algumas questões que vinham já dos documentos iniciais e que entendia dever assinalar (em termos de forma e substância). O primeiro ponto respeitava ao primeiro parágrafo do Decreto-Lei, onde se lê “... *adoção deste modelo de gestão e de enquadramento jurídico para o prosseguimento dos seus objetivos.*”, tendo questionado se não devia constar *prossecução* em substituição



Universidade do Minho

de *prosseguimento*. O Reitor interveio para informar que esta formulação era uma mera transcrição do nº 2 do artº 129º do RJES.

A Dr.^a Fernanda Ferreira esclareceu que, ao iniciar a análise dos documentos, tentou fazer uma reformulação do texto de alguns normativos, no sentido de aperfeiçoar a redação, mas ao consultar as leis enquadradoras, a saber, o RJES, a Lei Quadros dos Institutos Públicos, a Lei - Quadro das Fundações (esta na parte aplicável às fundações públicas de direito público e de direito privado), acabou por constatar que os mesmos eram transcritos dessas leis, pelo que, assim sendo, não se justificava a alteração, até porque, em caso de desconformidade, e havendo problemas interpretativos, prevaleceriam as leis, em detrimento deste diploma (Decreto-Lei).

Ainda sobre esta matéria, e na sua sequência, o Presidente informou que sempre que é feita uma transposição de articulados, do ponto de vista técnico, e para não desvirtuar a interpretação dos mesmos, é realizada uma cópia dos textos legais. Acrescentou ainda que, no seu entender, no caso concreto, a utilização da palavra *prosseguimento* estava correta.

A Professora Ana Cunha deu continuidade à sua intervenção, pedindo um esclarecimento pelo facto de ter sido substituído, na parte preambular do Anteprojeto, onde inicialmente se dizia *Conselho Geral* por "*Universidade do Minho*" (terceiro parágrafo) "*A Universidade do Minho solicitou ao Governo a abertura do processo negocial previsto na lei, apresentando um relatório acerca das implicações dessa transformação institucional sobre a organização, a gestão, o financiamento e a autonomia da instituição.*", bem como por estar referido o Conselho Geral da Universidade do Minho no parágrafo : "*Neste contexto, o Conselho Geral da Universidade do Minho deliberou requerer ao Governo a sua transformação em fundação pública de direito privado.*"

O Reitor explicou que quem solicitou a abertura do processo negocial foi a Universidade do Minho, sendo que o órgão que deliberou requerer a transformação em fundação pública de direito privado foi o Conselho Geral.

A Professora Ana Cunha continuou a sua intervenção passando para a análise do artº 7º do Anteprojeto de Decreto-Lei, afirmando que a nova redação do ponto 7 estava melhor, mas não percebendo o que estava subjacente ao texto do ponto 8 onde vinha dito "... mediante proposta do Reitor que deve incluir um plano de reposição integral do montante mobilizado.", na parte respeitante, em termos práticos, à reposição do investimento.



Universidade do Minho

Para esclarecer esta dúvida, o Reitor recorreu ao exemplo hipotético de uma proposta para construção de um novo Centro de Investigação em Biologia, no qual seriam gastos um milhão de euros em dois anos. De acordo com o ponto 8 do art.º 7º, o Reitor teria de apresentar um plano no qual constasse o horizonte temporal (por exemplo, 10 anos) em que o Fundo iria ter o retorno do investimento realizado. O Reitor afirmou ainda que o Fundo será constituído por doações, havendo uma possibilidade teórica de o Governo também as conceder.

O Professor Jorge Pedrosa pediu a palavra para questionar o Reitor sobre o tipo de investimento que pode ser considerado, tendo o Reitor respondido que o investimento pode ser realizado em áreas como o ensino, investigação e infraestruturas físicas ou laboratoriais.

Retomou a sua intervenção a Professora Ana Cunha que considerou importante que constasse no capítulo 1º dos Estatutos da Fundação a designação *polos*. O Reitor voltou a frisar que não era possível, do lado do Governo, voltar a colocar na redação a terminologia *polos*, pelo que o Conselho devia considerar a utilização alternativa do termo *campus*.

No que respeita ao nº1 do art.º 3º dos Estatutos da Fundação, a Professora Ana Cunha também mencionou que gostaria que a questão da autonomia fosse ser melhor clarificada.

Em consonância, a Dr.ª Fernanda Ferreira pediu a palavra para esclarecer a questão da autonomia, salientando ainda que o nº 6 do art.º 4º do Anteprojeto, cuja redação é ligeiramente diferente do artº 134 do RJIES (em matéria de gestão de pessoal já um pouco desatualizado em face de legislação posterior relativa a vínculos e carreiras), assegura a manutenção do vínculo dos atuais trabalhadores da Universidade, nomeadamente na manutenção de direitos já adquiridos do pessoal docente e não docente, ressalvando que o pessoal com relação jurídica de emprego público que se encontre a exercer funções na Universidade do Minho à data da transformação em instituição de ensino superior de natureza fundacional transita para esta, com garantia da manutenção integral do seu estatuto jurídico, designadamente no que se refere à progressão na carreira.

O Presidente interveio para dar indicação que na redação do nº1 do artº 3º, a palavra "*designadamente*" serve para referir a dimensão da autonomia já consagrada e abrir a demais autonomias, pelo que considerava a redação clara.



Universidade do Minho

O Professor Rui Ramos iniciou a sua intervenção dizendo que o documento apresentado não revelava solidariedade do Órgão, mas sim do Governo. Agradeceu a intervenção da Dra. Fernanda Ferreira neste processo, na medida em que contribuiu para que o documento fosse o mais adequado possível. Sobre o documento propriamente dito, e dado ser inevitável a instituição da Fundação, afirmou-se sem capacidade para uma análise profunda, mas do que analisou pareceu-lhe estar conforme aos intuítos subjacentes.

O Presidente agradeceu a intervenção, tomando de seguida a palavra o Estudante Carlos Videira, o qual demonstrou concordância com o documento apresentado, tendo feito a ressalva de que, do ponto de visto dos diplomas similares das outras Universidades, lhe parecia haver grandes diferenças.

Foi dada palavra ao Professor Álvaro Iriarte que, da leitura que realizou do documento apresentado, sugeriu que fossem colocadas em maiúsculas todas as referências a instituições e aos órgãos (Reitor, Conselho Geral).

O Estudante José Mário Sousa tomou a palavra de seguida e questionou o número de mandatos atribuídos aos Curadores, tendo o Reitor esclarecido que o número de mandatos provém do RJIES, na tentativa de desencontrar os mandatos dos Curadores e do Reitor. O Estudante questionou também se o mandato de Fiscal Único não deveria antes ser *não renovável*, ao que a Dr.ª Fernanda Ferreira esclareceu que, de acordo com a Lei-quadro dos Institutos Públicos, que rege esta matéria, esse mandato podia ser renovável uma vez, tendo lido o respetivo normativo legal.

A Professora Ana Cunha interveio novamente no sentido de questionar se no número 4 do art.º 12º dos Estatutos da Fundação, relativo ao Fiscal Único, não deveria estar referenciada a Universidade do Minho, dado que o Fiscal Único podia ter estado a exercer funções em outras Universidades. A Dr.ª Fernanda Ferreira referiu que esse normativo estava inserido no capítulo dos órgãos da Universidade do Minho, pelo que, no seu entender, estaria implícito que a incompatibilidade respeitava ao exercício de funções remuneradas na Universidade do Minho.

No entanto, sendo matéria sensível, e com a anuência do Reitor, ficou assente que esse aspeto seria colocado nos ajustes finais com o SEES, acrescentando-se na parte final do nº 4 do art.º 12º "do Minho".

A Dr.ª Isabel Furtado fez uma breve intervenção na qual começou por enaltecer a Dr.ª Fernanda Ferreira pelo seu posicionamento e conduta em todo o processo. No que respeita ao papel do Conselho Geral no mesmo, referiu o facto de não ter qualquer vínculo laboral com a Universidade, mas querer dar o seu contributo



Universidade do Minho

enquanto membro empenhado do Órgão, com a sua particular forma de pensar e experiência adquirida, juntamente com os restantes membros, no interesse maior da Universidade de forma a dar continuidade ao reconhecimento nacional e internacional que detém.

O Estudante Carlos Videira interveio no sentido de recordar que tinha emitido uma declaração de voto na reunião de 07 de setembro, para registo futuro e contextualização das decisões tomadas.

O Presidente apresentou para votação o seguinte texto: "*O Conselho Geral apreciou os termos do projeto de Decreto-Lei que institui a transformação da Universidade em Fundação Pública com Regime de Direito Privado e respetivo Anexo, considerando, maioritariamente, que estes documentos não levantam questões que suscitem oposição.*", o qual foi projetado para leitura conjunta.

Procedeu-se à votação, tendo sido aprovado o texto proposto pelo Presidente, com os votos favoráveis dos membros Álvaro Iriarte, Francisco Veiga, Isabel Furtado, Jorge Pedrosa, Luís Amaral, Margarida Casal, Fernanda Ferreira, Bruno Alcaide, Carlos Videira, José Mário Sousa. Votaram contra, os membros Lúcia Rodrigues, Ana Cunha, Clara Oliveira e Rui Ramos. Os Conselheiros Clara Oliveira e Rui Ramos apresentaram uma Declaração de Voto, onde fundamentam as razões do mesmo, que se encontra anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo 2).

Finda a votação, o Presidente agradeceu a todos a presença e recordou a realização da reunião ordinária do plenário do Conselho no dia 05 de outubro.

O Presidente do Conselho declarou encerrados os trabalhos da sessão pelas 11:55 horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada será assinada pelo Presidente, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio e, na ausência da Secretária do órgão, pela Técnica Superior do Secretariado do Conselho Geral que tecnicamente assessorou a reunião.

O Presidente,

A Técnica Superior,